

cescontexto

"Diferentes formas de dizer não"

Expressões de conflitos ambientais de mineração
e petróleo em Portugal e na América do Sul

Organização

Adriana Bravin
Lúcia Fernandes

Edição

Sara Rocha

Nº 17

Maio, 2017

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Agradecimentos

Queremos prestar os nossos agradecimentos a todos aqueles e aquelas que permitiram a concretização desta publicação e a realização do Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”.

Agradecemos a toda a equipa do Centro de Estudos Sociais, em particular, aos gabinetes de Eventos Comunicação e Imagem (GECI), de Tecnologias de Informação (GTI) e Gabinete Financeiro (GF) pelo apoio fundamental que prestaram.

Ao ENTITLE - Rede Europeia de Investigação de Ecologia Política, pelo apoio financeiro para a realização do evento.

À Stefania Barca e à Oficina de Ecologia e Sociedade, grupo de trabalho informal no CES, um lugar partilhado entre investigadores/as e estudantes do CES e da UC e ativistas ecologistas da região de Coimbra.

À Sofia Bento, do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS, Universidade de Lisboa) e ao Francisco Bernardes, do Centro de Tecnologia Mineral (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil), investigadores no projeto exploratório Ambiente em Movimento, que tem como um dos enfoques os conflitos da mineração em Portugal.

À Ana Raquel Matos, investigadora do CES, pela coorganização do evento junto com as autoras desta publicação.

À Sara Rocha, mestranda da Universidade de Coimbra, pelo apoio na edição do número, nomeadamente, pelos comentários, por todo o trabalho de revisão dos textos e de formatação do documento e pela colaboração, em parceria, enquanto membro da Associação Coimbra em Transição, na organização de outros eventos no âmbito desta publicação.

À Adelaide Chichorro, professora auxiliar do Grupo de Estudos Germanísticos da Universidade de Coimbra, pelo apoio na revisão inicial de alguns dos textos.

À Julianna Malerba que generosamente “nos emprestou” o título do livro por ela organizado para batizar o evento que resultou na presente publicação. O livro “Diferentes Formas de Dizer Não - Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral”¹ foi publicado pela Organização Não-Governamental FASE, no Brasil, em dezembro de 2014.

Às pessoas que se disponibilizaram a participar com seus testemunhos e comunicações e partilhar as suas experiências e os seus trabalhos de investigação.

Agradecemos a adesão do público em geral ao evento e às iniciativas associadas que originaram esta publicação.

¹ Obra disponível em: <http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/9420/>

Índice

Adriana Bravin e Lúcia Fernandes

Apresentação..... 5

I - Conflitos ambientais e a voz dos movimentos de luta contra a mineração e o petróleo em Portugal

Lúcia Fernandes

Mapear *diferentes formas de dizer não*: notas sobre a co-construção do conhecimento dos conflitos ambientais em Portugal..... 12

Associação Ambiente em Zonas Uraníferas

A AZU e a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas em Portugal 25

António Minhoto

O caso das minas da Urgeiriça e a luta dos ex-trabalhadores da ENU 30

José Janela

Contra a exploração do urânio em Nisa: uma luta vitoriosa..... 34

Stephen Hugman, Dieter Malter, Mathilde Mira

Monchique diz não à mineração. “Salve Monchique de mãos gananciosas” 38

José Miguel Oliveira e Fátima Pinhão

A luta contra a ameaça de exploração de caulino em Bonitos (Soure)..... 46

Maria Teresa Aça de Matos

A formação da PALP no contexto da luta contra a exploração de petróleo no Algarve 56

II - Enquadramento e resistências das comunidades na América do Sul

Fabián Cevallos Vivar

Luchas territoriales: ecología política y comunidades en movimiento frente al Estado neo-extractivo..... 66

Rajiv Maher

Mineração no Brasil e no Chile: “responsabilidade social corporativa” ou “diálogo” para silenciar? 76

Adriana Bravin

Onde tem minério, tem água: o desastre tecnológico da Samarco (Brasil) e os conflitos da mineração além dos limites da comunidade 81

Verónica María Yuquilema Yupangui

Construyendo caminos de resistencia, de lucha y de vida: Desde Intag hasta Tundayme 94

A luta contra a ameaça de exploração de caulino em Bonitos (Soure)

José Miguel Oliveira,¹ Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure (ADPCNS); Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos/Soure CLCCBS
info@adpcnsoure.org

Fátima Pinhão,² Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos/Soure CLCCBS
caulinonao@sapo.pt

Resumo: Um pedido de exploração de caulino numa área de 440 hectares, rodeada por 11 povoações de Soure e Pombal, conduziu ao protesto de residentes e entidades locais. Foi formada uma comissão com residentes das populações próximas, a “Comissão de luta contra o caulino de Bonitos/Soure”. A Comissão promoveu sessões de esclarecimento, contactos com a comunicação social e ações de protesto. Preparou um abaixo-assinado e uma petição, para discussão na Assembleia da República. A Direção-Geral de Energia e Geologia indeferiu a exploração, nos moldes solicitados, reconhecendo “um vasto número de reclamações cujo teor encerra uma manifesta oposição à exploração de caulinos na área de Bonitos”. Estipulou três anos para novo pedido, após os quais o processo de atribuição de direitos de exploração se extinguirá definitivamente. Até que termine o prazo, as populações representadas na Comissão declararam manter-se alerta e em ativa oposição ao projeto.

Palavras-chave: mineração, caulino, Bonitos, Soure, Pombal.

Introdução

No início de fevereiro de 2014, a Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure (ADPCNS) foi informada pela vereadora da Câmara Municipal de Soure, Manuela Santos, sobre a existência de um pedido de concessão de exploração de depósitos minerais de caulino no concelho de Soure. Após ter sido alertada por uma técnica da autarquia que identificou o pedido de concessão no Diário da República (Aviso nº 15786/2013, de 30 de dezembro), a vereadora iniciou de imediato contactos internos na autarquia e com a ADPCNS, pois a possibilidade da exploração vir a tornar-se uma realidade era iminente. A Autarquia, bem como a ADPCNS, foram “apanhadas de surpresa” por este pedido. Adiante discutir-se-á em maior detalhe esta questão.

¹ Biólogo, é atualmente consultor ambiental, com atividade centrada no estudo e monitorização de vários grupos faunísticos. Participa em movimentos/organizações de intervenção cívica, sobretudo de índole ambiental. Integra a Direção da ADPCNS.

² Licenciada em Educação de Infância. Eleita pela CDU na Assembleia de Freguesia de Soure. Sócia da Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure.

De imediato, em face dos prazos curtos para reclamar sobre o pedido de concessão (30 dias após a publicação do Aviso), a autarquia solicitou um parecer técnico ao Geógrafo Doutor Carlos Silva (Silva, 2014). Era fundamental recolher informação e analisar adequadamente o problema de modo a tomar uma decisão que fosse sustentada no melhor conhecimento disponível. Em simultâneo, a ADPCNS, após reunião na CMS, iniciou uma análise aprofundada do que envolveria uma exploração de caulino como a que se estava a preparar. À data faltariam pouco mais de sete dias até ao fim do prazo legal estipulado para reclamar do pedido efetuado, publicado em 30 de dezembro de 2013. Até essa data, a ADPCNS e a Autarquia de Soure prepararam e enviaram reclamações. Era o início de um processo de contestação que duraria (pelo menos) mais três anos.

O problema

Os caulinos são minerais da família das argilas, “cuja composição é formada por um grupo de silicatos hidratados de alumínio, principalmente caulinite e haloisite. O caulino contém outras substâncias sobre a forma de impurezas, como partículas de areia, quartzo, palhetas de mica, grãos de feldspato, óxidos de ferro e titânio, etc.” (Silva, 2014: 2). Na natureza, apresenta-se em “depósitos com o aspeto de um barro fino quando ensopado em água ou como uma substância mineral de cor clara e pulverulenta fina quando seco” (*Ibid.*). Os seus usos são múltiplos nomeadamente na indústria do papel, cerâmica, vidreira ou farmacêutica.

Após conhecimento da área alvo do pedido de concessão, foi realizada uma visita à mesma, e em face da informação disponível sobre a problemática associada à exploração deste tipo de mineral, a ADPCNS elaborou um parecer que enviou, enquanto reclamação, para a DGE (entidade que atribui as licenças de exploração dos recursos minerais) (ADPCNS, 2014).

O pedido de concessão, apresentado por uma empresa de mineração industrial à DGE, centrava-se numa área de 440 hectares localizada nos concelhos de Soure (60% da área) e Pombal (40%) (Imagem 1).

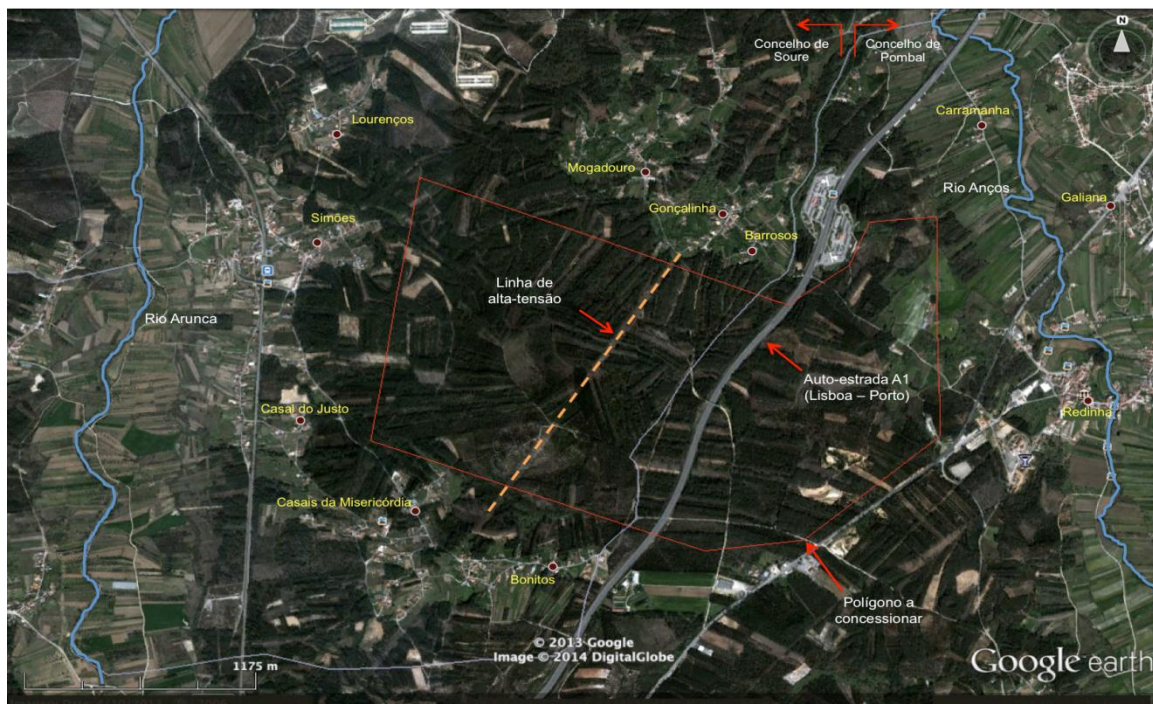


Imagem 1. Área alvo de pedido de concessão para extração de caulino e povoações mais próximas.

Fonte: elaboração própria sobre imagem de Google Earth.

Uma exploração de caulino nesta localização era, sob vários pontos de vista, bastante controversa. Em termos ambientais, desde logo, coincidia com uma mancha florestal contínua, constituída essencialmente por pinheiro-bravo. Esta mancha de pinhal é atualmente uma das manchas com maior produtividade no concelho de Soure. Do ponto de vista hidrográfico, a área a explorar insere-se numa das áreas de maiores recursos hídricos a nível regional, sendo que, numa distância que varia entre os 300 metros e os 2500 metros da área a minerar, existem 10 importantes exsurgências cársicas (Silva, 2014). Localiza-se na zona interfluvial dos rios Arunca (localizado a cerca de 1100 metros, a poente) e Anços (situado a 350 metros, a nascente) e dista cerca de 1500 metros, a Sudoeste, da nascente do Ourão, a qual abastece de água parte dos concelhos de Soure e Pombal (Silva, 2014). Adicionalmente, o pedido de concessão diz respeito a uma área definida em cerca de 60% da sua extensão como REN (Reserva Ecológica Nacional).

Se em termos ambientais a localização da concessão suscitava sérias dúvidas, ao nível dos potenciais efeitos sobre as populações a mesma representava graves riscos. Localizadas em redor do perímetro da concessão (até 1 quilómetro de distância) existem, pelo menos, 11 povoações: Barrosos, Gonçalves, Mogadouro, Lourenços, Simões, Casal do Justo, Casais da Misericórdia e Bonitos (no concelho de Soure) e Redinha, Carramanha e Galiana (concelho de Pombal) (Imagem 1). Os limites da área a concessionar estendiam-se, praticamente, até estes aglomerados populacionais. A distância de algumas habitações à área a concessionar seria tão pequena como 70 metros em Barrosos, 300 metros em Simões, 100 metros em Casais da Misericórdia ou 300 metros em Bonitos. Não era certo que a exploração atingisse os limites externos da concessão. Mas, muito provavelmente, atingiria, já que na área central da mesma há três obstáculos às atividades de exploração dos minerais: a autoestrada A1 (Porto-Lisboa), uma linha de alta-tensão e o gasoduto, sujeitos a distâncias de segurança obrigatórias (Imagem 1). A existência destes elementos na zona central da concessão faria com que a mesma tivesse que se realizar mais próximo da periferia. Ou seja, mais próximo dos limites da concessão, junto das habitações. De qualquer modo, as populações referidas encontrar-se-iam sempre a uma distância extremamente reduzida dos locais de extração.

Portanto, esta exploração teria fortes impactos negativos, tanto para o meio ambiente, em geral, como para as populações humanas, em particular. Em termos ambientais:

a) A extração de caulinos é a exploração de um recurso mineral natural não renovável. O que significa que a retirada destes depósitos minerais é um ato irreversível e irremediável, constituindo, portanto, uma perda irreparável;

b) A exploração de caulino levaria à perda de uma mancha de floresta assinalável (até cerca de 440 hectares). Para além da perda de um habitat de floresta, perder-se-ia igualmente uma área equivalente de solos florestais de boa qualidade;

c) A atribuição da licença significaria a troca de uma área despoluidora, em termos líquidos captadora de CO₂, por uma área emissora de CO₂;

d) A implantação da exploração implicaria uma degradação da qualidade do ar resultante (i) da emissão de poeiras minerais e (ii) da emissão de poluentes pelo funcionamento de maquinaria pesada (veículos e maquinaria diversa). A deposição de poeiras é um potencial limitador da eficiência fotossintética das plantas e, conseqüentemente, da produtividade primária, com conseqüências, por exemplo, nas suas taxas de crescimento e atividades reprodutivas;

e) A exploração levaria a um aumento dos riscos de afetação da qualidade dos recursos hídricos da região. A afetação poderia ocorrer ao nível dos recursos hídricos subterrâneos (lençóis freáticos/aquíferos, nascentes e poços) bem como nos recursos de superfície (rios e ribeiras). Saliente-se a localização próxima aos rios Anços e Arunca (a 350 metros e 1100

metros, respetivamente) da área de exploração prevista. Refira-se que a área em causa se encontra em zona interior e a montante da confluência dos dois rios, numa das zonas de maiores recursos hídricos da região (Silva, 2014);

f) A exploração conduziria a um aumento da perturbação (tráfego e ruído) em virtude da operação e movimentação de maquinaria pesada na exploração e no transporte de materiais.

O mineral em questão (que origina poeiras muito finas, não confináveis à zona de extrator e o tipo de exploração em causa (escavação a céu aberto, com recurso a maquinaria pesada), associados à extrema proximidade aos povoados, têm também implicações negativas no que respeita aos efeitos sobre as populações humanas:

a) Perda da qualidade do ar em função (i) da suspensão de poeiras extremamente finas com origem na exploração e (ii) resultante da libertação de poluentes provenientes da operação e da circulação de maquinaria e veículos pesados;

b) Aumento do risco de afetação dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), incluindo poços e nascentes, pela deposição de poeiras, emissão de poluentes e pela afetação da disponibilidade e qualidade dos aquíferos. Saliente-se a utilização comum de poços pelas populações envolventes, como fonte de água para uma agricultura do tipo familiar ou mesmo para consumo direto;

c) Aumento do risco de afetação dos solos e das culturas agrícolas próximas, pela libertação de poeiras (de caulino e outras) e poluentes;

d) Aumento do ruído e da perturbação, em consequência das operações mecânicas de exploração e do transporte dos materiais extraídos;

e) Degradação acentuada do valor da paisagem, pela troca de uma área tranquila, de floresta, por uma escavação a céu aberto.

Em suma, tal como constante da reclamação enviada pela ADPCNS, a atribuição da concessão de exploração de caulino (1) permitiria a destruição de uma vasta área florestada, localizada em Reserva Ecológica Nacional, e a sua troca por uma imensa escavação a céu aberto, (2) delapidaria irreversivelmente valores naturais da região, como os solos e a floresta, e ameaçaria outros como os recursos hídricos, (3) aumentaria o risco de acidentes ambientais e diminuiria a segurança das populações que se localizam praticamente sobre os limites da concessão, (4) degradaria o ambiente natural e ameaçaria a saúde das populações e (5) constituiria um processo contrário a um modelo de desenvolvimento sustentável.

Esta análise foi apresentada na primeira reunião pública realizada para discutir a possibilidade de exploração de caulinos na zona de Bonitos (uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de Soure). Essa noite constituiria um momento fulcral para o processo de contestação coletiva que descreveremos em seguida.

A contestação e a luta

Após ter tomado conhecimento do pedido de licença de exploração publicado em dezembro de 2013, em Diário da República, a Autarquia de Soure rejeitou claramente essa possibilidade, expressando-se com uma votação contrária à exploração, em Assembleia Municipal, por unanimidade de todas as forças políticas. Refira-se que a decisão de atribuição de licenças de exploração é da exclusiva responsabilidade da DGEG, não tendo as autarquias (ainda que podendo ser consultadas) poder vinculativo nessa decisão, ainda que as concessões mineiras possam vir a utilizar (e a degradar) meios da autarquia, como as vias rodoviárias. Posteriormente, a 8 de fevereiro de 2014, decorreu uma reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia de Soure, na povoação de Simões (uma das povoações próximas da área de exploração), para informar e debater com a população a problemática associada à extração de caulinos. Também esta Assembleia de Freguesia, que contou com várias centenas de residentes das várias povoações afetadas, se pronunciou, por unanimidade, contra a exploração (Imagem 2).

Durante a Assembleia de Freguesia, e para enquadrar a problemática da exploração de caulinos, foi apresentado o parecer elaborado pelo Geógrafo Prof. Doutor Carlos Silva (Imagem 3), solicitado pela Autarquia de Soure, e o parecer da Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure (Imagem 4).



Imagem 2. A Mesa da Assembleia de Freguesia de Soure, reunida extraordinariamente em Simões a 8/2/2014.

Fonte: CDU.

No decurso da Assembleia, Fátima Pinhão, eleita pela CDU, propôs a formação, no imediato, de uma Comissão de Luta que permitisse às populações expressar o seu desagrado e contestar a exploração, de uma forma complementar às tomadas de posição mais institucionais. Formada logo após a Assembleia, nasceu, assim, a 8 de fevereiro de 2014, a “Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos/Soure”, com o objetivo de representar de um

modo direto as populações ameaçadas pela exploração. Esta Comissão viria a desempenhar um papel fulcral na oposição à exploração de caulinos, como se verá adiante.



Imagens 3 e 4. Intervenções do Professor Carlos Silva (à esquerda) e de José Miguel Oliveira (à direita), em representação da ADPCNS, durante a Assembleia de Freguesia extraordinária que decorreu em Simões para discutir a possibilidade de exploração de caulinos.
 Fonte: CDU.

A Comissão era constituída com representantes das várias localidades próximas da área afetada, então presentes na reunião da Assembleia de Freguesia. Foi criado um logótipo e de imediato elaborado um texto para colocar a circular um abaixo-assinado e uma petição *online* com o lema “Sem caulino vivemos, sem qualidade de vida não”. Na Imagem 5 pode ver-se o logótipo que representa a Comissão e simboliza a sua luta.

Posteriormente, foi criada uma página na rede social *Facebook*, com o objetivo de informar e permitir a troca de opiniões sobre a problemática da exploração do caulino. Os primeiros *posts* tiveram como objetivo informar e sensibilizar quem não havia estado na Assembleia para o problema, apelando à sua integração no processo de luta contra a exploração.

Tendo noção da importância de divulgar rapidamente o problema ao maior número possível de pessoas, a Comissão realizou várias sessões de esclarecimento noutras localidades. Sempre com muitas presenças de habitantes locais, as sessões passaram a incluir gradualmente residentes de outras freguesias vizinhas do concelho de Soure e mesmo do concelho de Pombal, também alvo de vários pedidos de exploração de caulino.

A Junta de Freguesia de Almagreira (concelho de Pombal) encontrava-se igualmente, por esta altura, a descobrir vários pedidos de exploração no concelho de Pombal. Solicitou à Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos (CLCCBS) uma reunião e a colaboração para que, numa iniciativa conjunta de um Grupo de Trabalho, se fizesse uma sessão de esclarecimento à população da freguesia. Esta decorreu a 3 de maio de 2014 com ampla participação e debate (Imagem 6).



Imagem 5. Logotipo da “Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos/Soure” - CLCCBS.
 Fonte: CLCCBS.



Imagem 6. Imagem da participação pública na sessão de esclarecimento em Almagreira (Pombal).

Entretanto, faltava ainda uma tomada de posição por parte da freguesia da Redinha, a única localidade do concelho de Pombal de entre as que estavam mais próximas da exploração. Ficou então decidida a participação da Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos/Soure na Assembleia de Freguesia de Redinha, de modo a aumentar o apoio na contestação à exploração. Esse reforço na contestação poderia ser expresso pela criação de uma Comissão própria da Redinha ou pela participação dos seus elementos na Comissão de Bonitos/Soure. Nesta sessão, depois da intervenção da Comissão, foi também apresentada uma moção de rejeição à exploração de caulino em Redinha, área que pertence ao mesmo polígono de Bonitos. Esta moção foi votada favoravelmente, por unanimidade.

Ficou então combinada a realização de uma sessão de esclarecimento à população de Redinha, pela Comissão. Nesta sessão, ocorrida a 7 de junho de 2014, juntaram-se duas pessoas desta localidade à Comissão. Ficaram assim representadas na Comissão todas as populações mais próximas da exploração

Em paralelo com as sessões de esclarecimento junto das populações próximas da exploração, era necessário tomar outras iniciativas de divulgação e alerta para o problema. Foram efectuadas várias notas informativas para a comunicação social (rádio, televisão e jornais). Foi produzido material de divulgação como faixas autocolantes para automóveis e para afixação em estabelecimentos comerciais, foram feitas *t-shirts* para venda, com o lema e logótipo do protesto contra a exploração de caulino, de modo a angariar fundos que permitissem financiar os meios necessários para dar voz à Comissão. A Autarquia de Soure apoiou a Comissão com a disponibilização de autocarros para as deslocações necessárias.

Entretanto, a Comissão decidiu levar a ameaça da exploração à Assembleia da República (AR), tendo por objetivo último a discussão do problema em plenário. Para tal, seria necessário contactar todos os partidos representados, solicitando audições a todos os grupos parlamentares. A Comissão foi recebida por todos os grupos parlamentares (BE, CDS-PP, PCP, PEV), com exceção do grupo parlamentar do PSD, o qual nunca agendou uma data para tal. A todos eles manifestou o seu desagrado e contestação quanto à possibilidade daquela exploração, explicou as suas preocupações e informou da vontade de envio de uma petição para submeter a discussão e votação na AR. Com os vários partidos discutiu ainda a

desadequação da lei vigente, que trata as concessões de exploração de caulino como as demais concessões mineiras, e também a limitada forma de participação e intervenção pública no processo de atribuição das licenças de exploração, num processo que passa, frequentemente, em exclusivo pela DGEG.

Enquanto decorriam as sessões de esclarecimento, a recolha de assinaturas e os contactos com os grupos parlamentares, foram desencadeadas outras formas de divulgação e protesto. Nesta altura, foram vários os apoios à luta que localmente a Comissão travava. Ao local da exploração vieram Rita Rato (deputada eleita pelo PCP), Miguel Viegas (deputado no parlamento europeu pelo PCP), Heloísa Apolónia (deputada eleita pelo Partido Ecologista “Os Verdes”) e Edgar Silva (candidato à Presidência da República, apoiado pelo PCP). Todas estas visitas foram acompanhadas de sessões de debate com a população sobre o problema. Os grupos parlamentares do BE, PCP, PEV e PS interpelaram o Governo na AR, tendo formulado várias perguntas relacionadas com a exploração. De igual modo, houve visita ao local da exploração pelos deputados do PSD eleitos por Coimbra e Leiria, neste caso sem debate com as populações e após receção da Comissão pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da AR. Foram também contactadas organizações ambientalistas de âmbito nacional. Saliente-se a intervenção da Liga para a Protecção da Natureza (LPN), fundamental para a realização de uma edição do Programa Biosfera, da RTP, no local da exploração, centrada na problemática da vaga de pedidos de exploração de caulino a nível nacional. Para além da própria LPN, a Comissão, a ADPCNS e a autarquia de Soure participaram nessa edição, transmitida a 30 de maio de 2014, expondo os seus argumentos contrários à exploração (Biosfera, 2014).

Entretanto, o “abaixo-assinado” resultou na recolha de 4360 assinaturas de cidadãos que quiseram, por esta via, protestar contra a possibilidade da exploração de caulino em Bonitos/Soure. Foi altura, então, de as entregar na Assembleia da República, tendo, para tal, sido a Comissão recebida pelo Vice-Presidente da AR, Guilherme Silva. Tendo ultrapassado as 4000 assinaturas, o “abaixo-assinado” passou a Petição. Os grupos parlamentares do BE, PCP e PEV apresentaram então Projetos de Resolução de apoio à Petição que foram discutidos e votados em Plenário da AR, tendo-se verificado votos contra por parte do PSD e CDS-PP e abstenção por parte do PS. Ou seja, em resultado da posição destes partidos, verificou-se a rejeição dos projetos que apoiavam e reforçavam a contestação das populações. Note-se que à época, PSD e CDS tinham maioria de votos na AR.

Aquando das audições pelos grupos parlamentares, foi generalizada a sensibilidade dos partidos para com os problemas associados à exploração e para com as ameaças que assolavam as populações. Esta posição não foi, todavia, confirmada por todos os partidos no momento da discussão e votação. No dia 21 de maio, dia da discussão da Petição, a Comissão organizou uma deslocação à AR, com o apoio da Autarquia, que, como habitualmente, disponibilizou o transporte. Saliente-se, assim, a desilusão sentida por todos os que assistiram à discussão e, no dia seguinte, à votação no hemiciclo quando, “a bota não bateu com a perdigota”. Ou seja, quando as opiniões contrárias à exploração que haviam sido transmitidas à Comissão pelos partidos durante as audições não foram acompanhadas por votações condizentes por alguns desses partidos. Mesmo os deputados eleitos por Coimbra e Leiria, distritos com vários pedidos de exploração, defraudaram as expectativas e o esforço das populações. Era sabido o carácter consultivo, não vinculativo, da votação. Ainda assim, pela rejeição dos projetos de resolução apresentados, perdeu-se a possibilidade de reforço das posições de contestação das populações e da própria Autarquia de Soure.

O resultado e atual ponto de situação

A 10 de Fevereiro de 2015, e ainda sem decisão oficial da DGEG, elementos desta entidade deslocaram-se a Soure para uma reunião com a autarquia. Aproveitando esse momento, elementos da Comissão colocaram-se à entrada do edifício da Câmara Municipal de Soure com vista a (1) expressarem-se contrariamente à possibilidade da exploração de caulino em Bonitos e (2) a dialogarem *in loco* com os elementos da DGEG, entregando-lhe documentos com os seus argumentos e preocupações, o que veio a suceder (Imagem 7).



Imagem 7. Ação junto à entrada dos Paços do Concelho de Soure no dia da reunião da DGEG com a autarquia Sourense.

A ausência de decisão manteve-se até 14 de novembro de 2016. Nesta data, a DGEG indeferiu o pedido de atribuição de licença de exploração, nos moldes em que havia sido solicitada, reconhecendo assim que o pedido de concessão foi alvo “de um vasto número de reclamações, cujo teor encerra uma manifesta oposição à exploração de caulinos na área de Bonitos” (DGEG, 2016; Rádio Cardal, 2016). Ficou estipulado um prazo de três anos para novo pedido de concessão, findo o qual o processo de atribuição de direitos de exploração se extinguirá definitivamente.

Em termos práticos, este documento significa a não atribuição de concessão de exploração à empresa que a solicitou. Mais importante que tudo, significa um ponto de paragem num processo que era uma ameaça iminente para o ambiente e também para a qualidade de vida das populações mais próximas da exploração. Em resposta à decisão da DGEG, realizou-se a 11 de dezembro de 2016 a tão desejada comemoração da vitória desta etapa, em Bonitos. Foram três anos de trabalho e esforço coletivo.

Como costuma dizer alguém na Comissão: “Quando se luta nem sempre se ganha. Mas quando não se luta, perde-se sempre”. Depois da celebração, virá, de novo, o trabalho. As populações não estavam disponíveis para aceitar aquela exploração. Não aceitarão, portanto, qualquer outra que para aquele local se venha a propor.

Referências bibliográficas

ADPCNS - Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure (2014). “Reclamação ao Requerimento para celebração de contrato de concessão de exploração de depósitos minerais de caulino na área dos Bonitos (freguesia de Soure e Redinha)”. Documento consultado a 13.03.2017, disponível em <http://www.adpcnsoure.org/images/pdf/santacruz.pdf>.

Aviso nº 15786/2013 de 30 de dezembro. Diário da República, nº 252 – Série II – Ministério da Economia e do Emprego. Direção-Geral de Energia e Geologia. Lisboa.

Biosfera (2014), “Caulinos Não!” Programa televisivo exibido a 30 de maio de 2014. Consultado a 13.03.2017, disponível em <http://www.faroldeideias.com/tv.php?programa=Biosfera&id=1493>.

Direção-Geral de Energia e Geologia (2016), Ofício da Direção Geral de Energia e Geologia n.º 016077 de 14.11.2016.

Rádio Cardal (2016), “Chumbada exploração de caulino no município de Soure”. Consultado a 13.03.2017, disponível em <http://www.radiocardal.com/chumbada-exploracao-caulino-no-municipio-soure/>.

Silva, Carlos (2014), “Parecer sobre os previsíveis impactos ambientais/riscos resultantes da exploração de caulino, nos concelhos de Soure e Pombal, em função do pedido de concessão de exploração requerido por CORBÁRIO – Minerais Industriais, S.A.” de 6 de outubro de 2011. Consultado a 13.03.2017, disponível em <https://cdusoure.wordpress.com/2014/03/12/caulinos-parecer-de-prof-dr-carlos-alberto-videira-da-silva-i/>.